

## Congresso comemora os seus 180 anos

Em sessão solene presidida pelo senador José Sarney, o Congresso Nacional comemorou ontem os 180 anos do Parlamento brasileiro. O presidente do Senado apontou o Legislativo como grande realizador das transformações promovidas no Brasil

Página 8

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano IX - Nº 1.718 - Brasília, sexta-feira, 13 de junho de 2003

## Senado confirma aumento do salário mínimo para R\$ 240



Rosevelt Frinheiro

■ Emendas do PFL e do PSDB que estabelecem reajuste maior ainda serão examinadas na terça-feira

O aumento do salário mínimo para R\$ 240 foi aprovado ontem pelo Senado, mas a votação ainda não terminou. Emendas do PSDB e do PFL propondo reajustes maiores serão examinadas na sessão de terça-feira. Segundo o projeto acolhido, o pagamento dos aposentados e pensionistas será feito, a partir de abril do ano que vem, até o quinto dia útil de cada mês.

**OBSTRUÇÃO.** Divergências entre líderes partidários fizeram com que a votação de emendas ao projeto do mínimo ficasse para terça-feira

Página 3

## CPI vai investigar exploração sexual de crianças

Começa a funcionar a comissão parlamentar mista destinada a apurar situações de violência e exploração sexual de crianças e adolescentes. Patrícia Saboya preside a CPI, que tem Eduardo Azeredo como vice-presidente.

Página 4



Patrícia, entre Azeredo e a deputada Maria do Rosário

## Em busca de saída para crise na aviação

A interferência do governo na aviação comercial foi defendida pelos senadores que participaram ontem de audiência na Subcomissão de Turismo. Os presidentes das empresas fizeram diagnóstico do setor.

Página 7

Márcio Kallme

## Ana Júlia quer mineradoras pagando mais



Ana Júlia propõe maior controle social

Ao comentar a visita ao estado do Pará realizada pela Subcomissão Temporária de Extração Mineral, Ana Júlia Carepa (PT-PA) pediu aumento no valor dos royalties pagos pelas mineradoras aos municípios em que há projetos de extração de minérios. Para a senadora, que preside a subcomissão, é necessário estabelecer conselhos municipais, com representantes da população, para gerir os recursos provenientes da mineração.

## Mesquita destaca realização de encontro no Acre



Mesquita: evento discute questões ambientais

Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) anunciou a realização do 1º Encontro de Jornalismo Ambiental da Amazônia, no Acre, nos dias 4, 5 e 6 de setembro, sobre o tema "Amazônias, vários olhares em pauta".

Entre as questões a serem discutidas no encontro, informa o senador, estão o uso sustentável dos recursos naturais, a segurança da Amazônia, o direito ambiental e biopirataria, e a gestão de bacias.

# Agenda



## Emendas prorrogam votação do mínimo

A sessão de hoje, que se inicia às 9h, como a de segunda-feira, prevista para as 14h30, são dedicadas a comunicados da Mesa e a pronunciamentos. Na terça-feira, os senadores devem continuar a votação do projeto de lei de conversão que aumentou o salário mínimo para R\$ 240. As lideranças do PFL e do PSDB apresentaram emendas alterando o valor para, respectivamente, R\$ 260 e R\$ 252. Essas emendas serão votadas separadamente.

## Sessão solene para homenagear Aureliano Chaves

Em homenagem ao ex-vice-presidente Antônio Aureliano Chaves de Mendonça, o Congresso Nacional realiza sessão solene na próxima terça-feira. Aureliano Chaves, como era chamado,

faleceu no dia 31 de abril deste ano. Ao lado do então presidente João Baptista Figueiredo, governou o país de 15 de março de 1979 a 15 de março de 1985.



## Paulo Paim recebe hoje presidente de Cabo Verde

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim, recebe, às 9h30, o presidente da República de Cabo Verde, Pedro Pires, em

visita oficial ao Congresso Nacional. Às 11h, o presidente do Tribunal de Contas da União, ministro Valmir Campello, entrega

a Paim as contas do governo. E às 11h30, o embaixador do Brasil em Angola, Jorge Taunay, será recebido pelo vice-presidente.

## Papel da CNBB é tema de entrevista na TV Senado



Na programação de amanhã, a TV Senado exibe, às 9h30, entrevista com o editor Paulo Rocco, no programa Leituras. Às 12h30, o cardeal Geraldo Majella Agnelo fala sobre o papel da CNBB. Às 13h30, a integração da

pessoa portadora de deficiência é o tema do debate entre o senador Flávio Arns (PT-PR) e Izabel Loureiro, da Coordenadoria Nacional para Integração de Pessoas Portadoras de Deficiência.

## Nova atração do projeto Cultura ao Meio-Dia

*Uma Vida em Sete Dias* é o filme que vai ser exibido hoje, às 12h, pelo projeto Cultura ao Meio-Dia, no Auditório Petrônio Portella, com entrada franca. O filme traz Angelina Jolie no papel de uma famosa repórter de TV que descobre que vai morrer em poucos dias. Com direção de Stephen Herek, a produção americana tem 104 minutos de duração.



## Comissão ouve Siron Franco

O artista plástico Siron Franco é o convidado da audiência pública marcada para a próxima terça-feira na Comissão de Educação (CE). A pedido da senadora Iris de Araújo (PMDB-GO), Siron Franco deve discutir com os senadores sobre falsificação de obras de arte no Brasil. A audiência está marcada para as 10h.

## Exposição mostra a Marinha

A exposição "Marinha do Brasil – Um passado de glória presente na memória", em comemoração ao aniversário da Batalha Naval do Riachuelo, está aberta para visitação, de segunda a domingo, das 9h às 12h e das 14h às 18h, até 22 de junho. A mostra se realiza no Salão Negro do Congresso, com entrada franca.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)

## Ideli propõe rever plano educacional



Congresso deve apreciar vetos de FHC, diz Ideli

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) pediu ao presidente do Senado, José Sarney, que convoque sessão do Congresso Nacional para apreciar nove vetos que o ex-presidente Fernando Henrique

Cardoso fez ao Plano Nacional de Educação, em 1999. Para ela, as partes vetadas aumentariam as verbas destinadas à área.

Ideli destacou o lançamento pelo presidente Lula do programa Brasil Alfabetizado, que deve atingir 16 milhões de brasileiros analfabetos.

– Meu estado, Santa Catarina, quer ser o primeiro a erradicar totalmente o analfabetismo e está negociando as verbas do novo programa – disse.

O programa envolve governos federal, estaduais e municipais, organizações não-governamentais e empresas privadas.

## Eurípedes espera ver Roriz cassado



Eurípedes quer manter autonomia do DF

O senador Eurípedes Camargo (PT-DF) manifestou esperança de que o Judiciário casse o mandato do governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz (PMDB). O senador disse que o mandato de Roriz é ilegítimo e que várias provas já obtidas apontam para a ocorrência de fraudes na última eleição.

A tentativa de transformar Brasília em município neutro, sem direito a eleger governador ou representantes legislativos, foi repudiada por Eurípedes Camargo. O tema costuma ser levantado todas as vezes em que são denunciadas irregularidades que teriam sido praticadas por integrantes da Câmara Distrital. O senador acrescentou que, se for necessário, sairá às ruas para lutar pela manutenção da autonomia do DF.

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim  
**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos  
**1º Secretário:** Romeu Tuma  
**2º Secretário:** Alberto Silva  
**3º Secretário:** Heráclito Fortes  
**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes.  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Júnia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de Imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Cirilo Quartim  
**Circulação e Atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

### Agência Senado

**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Marcos Magalhães e Nelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

# NOVO MÍNIMO

MP que reajusta o salário mínimo foi aprovada ontem, mas uma batalha regimental adiou para terça-feira a votação das emendas que aumentam o valor proposto pelo governo

## Plenário confirma R\$ 240, oposição quer mais

### JOSÉ AGRIPINO



O presidente precisa respeitar os compromissos de campanha. Um deles foi dobrar o salário mínimo em quatro anos.

### CÉSAR BORGES



Tenho a expectativa de que o senador Mercadante volte a compreender o drama de quem vive de salário mínimo.

### ALOIZIO MERCADANTE



O PFL tem uma longa história de governismo. Nunca foi oposição. Por isso, está tão atrapalhado. Falta prática.

### ARTHUR VIRGÍLIO



O senador Aloizio Mercadante realmente tem mais horas de oposição do que urubu de voo.

### EDUARDO AZEREDO



O presidente prometeu dobrar o salário mínimo em quatro anos. Se o aumento for de 1% neste ano, faltará 99%.

### MÃO SANTA



Temos que acabar com a maior vergonha desta pátria, que é a diferença entre grandes e pequenos salários.

### LEONEL PAVAN



O PT está jogando fora 23 anos de história. Enganou 50 milhões de eleitores que esperavam mudanças no início do governo.

O Senado aprovou ontem o projeto de conversão da medida provisória que aumenta o salário mínimo para R\$ 240, mas a votação ainda não terminou. O PFL e o PSDB apresentaram emendas que estabelecem reajuste maior, e que serão votadas na próxima terça-feira. Pelo texto aprovado, o pagamento dos aposentados e pensionistas será feito, a partir de abril do ano que vem, até o 5º dia útil de cada mês, e a data base do aumento será unificada com a do salário mínimo, dia 1º de maio. Essas mudanças foram propostas pelo senador Paulo Paim (PT-RS).

A emenda do PFL propõe um mínimo de R\$ 260, e a do PSDB, de R\$ 252. Os líderes dos dois partidos, senadores José Agripino (PFL-RN) e Arthur Virgílio (PSDB-AM) garantem que suas propostas estão perfeitamente dentro da realidade orçamentária do governo.

– Estamos assistindo a um

congelamento de R\$ 8 bilhões do Orçamento Geral da União pelo governo federal, um superávit orçamentário que, até abril, chegava a R\$ 30 bilhões – disse Agripino.

O líder do PFL acrescentou que o presidente Lula precisa respeitar os compromissos que assumiu durante a campanha.

– Um desses compromissos foi o de dobrar o salário mínimo no período de quatro anos de seu mandato. E, da forma como está conduzindo o tema, não vai cumprir a promessa – observou.

Agripino apelou ao PSDB e ao PT para que reeditem a aliança – que incluiu o seu partido – que garantiu aumentos reais de até 11% no salário mínimo no governo Fernando Henrique Cardoso.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio, assegurou que os números propostos pela oposição não irão provocar inflação.

– Não sou um mascate de so-



**DEBATE.** Votação da medida provisória do salário mínimo movimentou o Plenário e terá nova etapa na próxima semana

nhos, um vendedor de ilusões, um opositor irresponsável. Estamos propondo coisas concretas, com base em cálculos realistas – salientou.

O senador César Borges (PFL-BA) leu discurso do atual líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), pronunciado em 2000, então como deputado da oposição. No discurso, o atual líder gover-

nista fazia a defesa de aumento real para o salário mínimo, usando argumentação econômica.

– Tenho a expectativa de que o senador Mercadante volte a pensar como o economista competente que era há três anos, que volte a ter a mesma compreensão social para o drama de quem vive de salário mínimo – disse César Borges.

## Adiada votação de emendas que garantem aumento

A emenda do PFL que garante aumento maior (R\$ 260,00) para o salário mínimo será votada apenas na terça-feira, porque o próprio PFL e o PSDB declararam-se em obstrução, em protesto contra a impossibilidade de que todos os senadores encaminhassem a votação, ou seja, explicassem as razões de seus votos.

Depois de aprovado rapidamente o projeto de conversão que fixa o mínimo em R\$ 240, começou no Plenário uma batalha regimental entre o governo e a oposição, que tem propostas de aumento maior para

o mínimo.

Quando foi posta em votação a emenda do PFL, o presidente José Sarney atendeu a questão de ordem do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e assegurou que todos os senadores teriam direito de encaminhar a votação. Sarney foi obrigado a retirar-se pouco depois, porque sua mãe, d. Kiola, de 92 anos, foi hospitalizada às pressas em São Luís (MA).

O líder do PT, Tião Viana (AC), apresentou então uma nova questão de ordem. Com base no artigo 300 do Regimento Interno, disse que apenas o autor

da emenda e os líderes poderiam fazer o encaminhamento.

– Se todos os senadores encaminharem, terminaremos sem quórum para aprovar tudo hoje – ressaltou o líder.

Seguiu-se um intenso debate, com a oposição invocando a tradição e os princípios democráticos para garantir a palavra a todos. Na presidência da sessão, o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), decidiu a questão de ordem assegurando a todos o direito de falar, porque essa tinha sido a garantia dada por Sarney antes de se retirar. Mas Tião Viana

pediu que a decisão fosse submetida à votação pelo Plenário, e venceu, por 27 votos contra 20.

PFL e PSDB partiram para a obstrução e o líder do governo, Aloizio Mercadante, insistiu em que o líder do PFL teria que encaminhar a votação, ou a proposta seria automaticamente derrotada.

Foi feita então uma verificação de quórum e, com a obstrução de PSDB e PFL, transferiu-se a votação das emendas dos dois partidos para a sessão deliberativa da próxima terça-feira.

## Congresso aprova abono para servidor público federal

O Congresso Nacional aprovou ontem, em sessão extraordinária, a abertura de crédito especial no valor de R\$ 675,8 milhões em favor do Ministério do Planejamento, para possibilitar a concessão do abono mensal de R\$ 59,87 a todos os servidores públicos federais, incluindo os inativos e os pensionistas, e a criação de mais 600 vagas na área de Seguridade Social.

A proposta submetida à Comissão Mista de Orçamento, que se reuniu ontem, foi desmembrada em dois projetos autônomos para corrigir problema com a inconstitucionalidade na sua apresentação, o que foi possível com a aprovação de emenda do deputado Anivaldo Vale (PSDB-PA), incorporada ao substitutivo do relator.

No seu relatório, o deputado

Ricardo Barros (PP-PR) explica que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estabelece que os créditos adicionais destinados a despesa de pessoal e a encargos sociais sejam encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projeto de lei específico e exclusivo para essa finalidade.

Além disso, lembrou que a LDO delegou à Lei Orçamentária Anual o detalhamento de

tais autorizações. Isso exigiu, portanto, a separação da proposta encaminhada pelo Executivo em dois projetos: um para a abertura do crédito especial e outro para alterar a lei orçamentária deste ano.

O senador Amir Lando (PMDB-RO), líder do governo no Congresso, concordou com o parecer do relator. A matéria agora será submetida à sanção presidencial.

## Demostenes critica emenda do Judiciário



Demostenes: proposta em exame é tímida

Ao analisar a crise da Justiça brasileira, o senador Demostenes Torres (PFL-GO) afirmou que a proposta de reforma em exame no Senado é tímida e “está longe de restituir a credibilidade e a glória do Judiciário”.

– O Brasil precisa de uma reforma do Judiciário profunda, que administre remédios eficazes para os graves problemas estruturais.

Os senadores Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) e José Jorge (PFL-PE) – atual relator da proposta – endossaram as colocações de Demostenes Torres.

## Almeida Lima propõe menos centralização



Almeida Lima vai apresentar PEC em favor dos estados

O senador Almeida Lima (PDT-SE) anunciou que vai apresentar proposta de emenda constitucional destinada a alterar a organização política do Brasil, que considera centralizadora. A seu

ver, o sistema atual prejudica estados e municípios, impedindo-os de atender “com eficiência” as demandas.

Almeida Lima aponta como distorção a proibição de estado corrigir limites territoriais entre municípios, colocar placas de trânsito e suspender pagamento de conta de água de desempregado.

# CPI começa a investigar exploração de crianças

Formada por 12 senadores e igual número de deputados, comissão vai analisar situações de violência



CIDADANIA. Comissão “envolve aprimoramento da democracia”, diz Patrícia Saboya

A comissão parlamentar mista de inquérito criada para investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil elegeu ontem, após sua instalação, Patrícia Saboya (PPS-CE) para presidente e Eduardo Azeredo (PSDB-MG) para vice. O senador Marco Maciel (PFL-PE), que presidiu a instalação da CPI, destacou que a comissão “envolve o aprimoramento da democracia e a prática da cidadania, que começa na infância”.

Patrícia Saboya escolheu a deputada Maria do Rosário (PT-RS) como relatora. Ambas destacaram que os trabalhos da comissão mista deverão se ori-

entar pelo estudo “Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil”, realizado pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e coordenado, no Brasil, pelo Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (Cecria), em 2002.

Integram a CPI da Exploração

Sexual da Criança e do Adolescente 12 senadores e 12 deputados:

Senadores – pelo bloco PFL-PSDB: Marco Maciel, Demostenes Torres (PFL-GO), Eduardo Azeredo e Lúcia Vânia (PSDB-GO); pelo bloco PT-PSB-PTB-PL: Serys Slhessarenko (PT-MT), Ana Júlia Carepa (PT-PA) e Fátima Cleide (PT-RO); pelo PMDB: Iris de Araújo (GO), Juvêncio da Fonseca (MS) e Mão Santa (PI); pelo PDT: Augusto Botelho (RR); e pelo PPS: Patrícia Saboya.

Deputados – pelo PT: Maria do Rosário (RS) e Terezinha Fernandes (MA); pelo PFL: Celcita Pinheiro (MT) e Laura Carneiro (RJ); pelo PMDB: Ann Pontes (PA) e Sandra Rosado (RN); pelo PSDB: Eduardo Barbosa (MG); pelo PP: Suely Campos (RR); pelo PTB: Arnaldo Faria de Sá (SP); pelo PL: Maurício Rabelo (TO); pelo PSB: Janete Capiberibe (AP); e pelo PDT: Severiano Alves (BA).

## Iris pede mais fiscalização sobre remédios



“Estado deve cumprir seu papel”, diz Iris

A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) denunciou a falha dos mecanismos de fiscalização na área da saúde e que permitiu o episódio de intoxicação com o medicamento Celobar, afetando nos últimos 30 dias uma centena de pessoas e matando 23, das quais 15 somente em Goiás. Em nome do “direito à vida e à saúde dos brasileiros”, a senadora reivindicou mais controle e fiscalização sobre o que aqui se produz e consome. “É preciso impedir que isso aconteça. É urgente que o Estado cumpra seu papel”, disse.

## Malta quer refinaria no Espírito Santo



Malta propõe desconcentrar investimentos

O senador Magno Malta (PL-ES) defendeu a instalação de uma segunda refinaria de petróleo no Espírito Santo, como forma de descentralizar os investimentos industriais no Brasil. Ele acrescentou que a recente descoberta da existência de jazidas no litoral, com reservas estimadas em 600 milhões de barris, justificaria a escolha do estado para sediar a nova refinaria. “Com essa descoberta, o Espírito Santo se consolida como detentor da segunda maior concentração de petróleo do país”, observou.

## Governo é firme contra discriminação, diz Paim



COMPROMISSO. Paim destaca posição assumida por Lula em conferência na Suíça

O senador Paulo Paim (PT-RS) saudou “o compromisso de honra” assumido pelo presidente Lula perante a comunidade internacional de combater as desigualdades raciais e de gênero no país. Essa manifestação pública em favor da igualdade de oportunidades para os brasileiros ocorreu no início de junho, durante a 91ª Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra, na Suíça.

Além de assinalar a importância desse compromisso para a consolidação do processo democrático brasileiro, Paim reproduziu ontem em Plenário trecho da fala do presidente no evento: “O Brasil tem orgulho de sua composição multiétnica. Mas hoje sabemos que ain-

da estamos distantes da igualdade entre negros, indígenas e outros grupos. O preconceito e a discriminação persistem e precisam ser enfrentados com determinação”.

Segundo o senador, a determinação do governo de criar as Secretarias Especiais de Pro-

moção da Igualdade Racial e de Políticas para as Mulheres reflete o comprometimento “com uma política afirmativa de inclusão em relação aos segmentos desfavorecidos”. Ele lembra que o país reúne 76 milhões de afro-descendentes, despontando como a segunda maior nação negra do mundo, atrás apenas da Nigéria.

Paim observa que esse envolvimento também permeia o programa Brasil, Gênero e Raça, desenvolvido pelo Ministério do Trabalho em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

– O empenho pessoal do presidente vai ser decisivo para que o Brasil consiga garantir os direitos ao povo negro espoliado – declarou ele.

## Tião Viana registra anúncio do novo plano agrícola e pecuário



O senador Tião Viana (PT-AC) registrou o anúncio, feito pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, no Palácio do Planalto, de um novo plano agrícola e pecuário para a safra 2003/2004. Ele explicou que o plano inclui um novo tipo

de seguro para garantia da safra do produtor rural.

– De maneira inédita, o governo ousa enfrentar o problema da produção agrícola brasileira, firmando um compromisso com o seguro-safra, num investimento que pode chegar à ordem de R\$ 5 bilhões – afir-

mou Tião Viana.

Na avaliação do senador, que é líder do PT no Senado, o governo, por reconhecer a importância da agricultura familiar para a balança comercial do país, está trabalhando para impulsionar o setor rural.

Tião Viana também falou so-

bre a luta que o presidente Lula e a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, estão travando para reduzir os preços dos combustíveis. Citou, também, pesquisas de opinião que apontaram o alto índice de aprovação popular do presidente.

# Hélio Costa aponta exagero nas críticas da oposição a Lula

Na opinião do senador, críticos esquecem "esforços hercúleos" para retomar crescimento do país

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) lamentou as críticas excessivas e sistemáticas que a oposição vem fazendo ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante as sessões plenárias do Senado. As sessões, disse Hélio Costa, têm se transformado em verdadeiro *happy hour*, quando os senadores de oposição se alternam para falar mal do presidente, "esquecendo-se dos esforços



**MUDANÇA LEGAL.** Hélio Costa também defendeu alteração na Lei de Responsabilidade Fiscal

hercúleos" que o governo vem fazendo em direção à retomada de crescimento e à geração

de empregos.

– Ninguém parece estar vendo que a cotação do dólar baixou, o risco Brasil despencou de 2.400 pontos para os atuais 700, demonstrando ser totalmente falso o terrorismo internacional que cercou a possibilidade de eleição de Lula – observou.

O senador também defendeu a modificação do artigo 35 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que impede a renegociação das dívidas dos estados. Ele afirmou que Minas Gerais se encontra sufocada por um pagamento mensal da ordem de R\$ 130 milhões que vem impedindo o governador Aécio Neves de desenvolver o estado.

Em aparte, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) lem-

brou que a renegociação da dívida se deu num momento caótico da vida econômica do país, tendo sido um bom negócio para os estados, na ocasião.

– Se não tivesse havido renegociação, Minas Gerais estaria devendo R\$ 10 bilhões a mais. O próprio ministro Antonio Palocci (da Fazenda) reconheceu que a renegociação foi um negócio de pai para filho – disse.

O senador Tião Viana (PT-AC) ressaltou que o país atravessa um período de sacrifícios necessários, que estão preparando a retomada do crescimento. Ideli Salvatti (PT-SC) declarou acreditar no êxito do governo Lula, frisando que o crescimento econômico terá que ser harmônico.



**AGITAÇÃO.** Jefferson alerta para "potencial explosivo" da quebra de isenção do governo

## Jefferson quer governo fora de disputa estadual

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) pediu ao ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, que desminta nota publicada ontem pelo jornal *O Globo*, na coluna de Ancelmo Gois. O jornalista relata afirmação do ministro de que o governo está trabalhando por São Paulo contra o Rio de Janeiro na escolha da cidade brasileira que disputará a sede dos Jogos Olímpicos de 2012, como forma de ajudar a prefeita de São Paulo, Marta Suplicy.

– Espero que o ministro José Dirceu demonstre com atos que não está tomando partido numa disputa entre estados. Se essa notícia for verdadeira, é um fato preocupante, pois poderá gerar desequilíbrio federativo, agitação social e instabilidade política se deixarmos de acreditar na isenção do governo central. O governo não sabe o potencial explosivo que tem isso – alertou.

Jefferson disse que o governo federal tem que ser neutro nas disputas entre os estados. Ele informou que a indústria japonesa Honda está analisando a abertura de sua segunda fábrica de locomotivas e ainda não decidiu se o fará em Manaus ou em São Paulo.

– Se o governo federal murmura sua preferência pelo ABC paulista, nós já perdemos a disputa. Se essa for uma linha de conduta do governo, vamos ficar todos inquietos – concluiu o senador.

## Virgílio vê acúmulo de poder nas mãos de Dirceu

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) alertou para o acúmulo de poder por parte do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu. O senador referiu-se a decreto publicado ontem no *Diário Oficial da União*, em que o presidente da República delega ao ministro a competência de nomear pessoas para cargos de confiança em toda a administração federal.

– Jamais vi tanta concentração de poder nas mãos de uma única pessoa, nem na ditadura militar – afirmou.

Para o senador, José Dirceu "é o primeiro-ministro de fato". Ele recomendou que todos leiam a coluna "Coisas da política", publicada ontem pelo *Jornal do Brasil*, sob o título "Estilo Dirceu dispensa ternura", em que a jornalista Dora Kramer discorre sobre o "regime de subserviência total" imposto pelo ministro José Dirceu aos parlamentares do PT.

Reconhecendo alguns sucessos na área macroeconômica, Virgílio alertou para a paralisa-



**CONCENTRAÇÃO.** Para Virgílio, nem na ditadura alguém teve tanto poder como José Dirceu

ção da economia real e pediu ousadia ao Banco Central para baixar em dois pontos percentuais a taxa de juros.

– O comércio está parado, o desemprego é recorde e há recuo até na produção de alimentos. Na medida em que o Brasil afunda na recessão, há também uma consequência política, com a perda de espaço político para o governo no Parlamento e dificuldade para aprovar as reformas – concluiu.

## Guerra: PT usa instrumentos que condenava

O senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) lamentou ontem que o programa econômico do governo Lula, inclusive com aumento de juros para combater a inflação, esteja "aumentando a concentração de renda no país". Ele observou que o PT "sempre abominou" o uso de juros altos em política econômica.

– O PT sempre afirmou que só banqueiro ganha com juro alto, mas está usando desse remédio para combater a inflação. O PT sempre criticou esse caminho porque pode levar à recessão, e, infelizmente, é o que estamos vendo neste momento – disse.

O senador salientou que seu partido não torce para que o governo Lula dê errado. Pelo contrário, afirmou, o PSDB segue defendendo as reformas previdenciária e tributária. Ele criticou "a falta de programas de médio e



**CONCENTRAÇÃO.** Sérgio Guerra diz que juro alta piora a distribuição de renda no país

longo prazos" e sustentou que projetos de emergência, como o Fome Zero, "exigem acompanhamento de ações concretas para resolver o problema em definitivo".

O que ocorreu no Senado ontem, "quando se viu o PT evitando a discussão do salário mínimo", era uma coisa impensável há pouco tempo, de acordo com Sérgio Guerra.

– Qual era o discurso do PT? Que era possível dar bons aumentos para o salário mínimo, bastava vontade política. O PT que vemos agora não considera mais que o problema é de "vontade política" – comentou.



## Brasil deve ampliar comércio com Líbia, afirma Suassuna

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) defendeu ontem o aumento no comércio entre Brasil e Líbia. O senador, que esteve naquele país na semana passada, lembrou que o Brasil

já teve com a Líbia intercâmbio comercial de US\$ 2 bilhões anuais, de hoje está em apenas US\$ 50 milhões.

– Tivemos um problema diplomático. Seguimos o blo-

queio comercial americano, mas eles (EUA) não seguiram o próprio bloqueio e estão lá fazendo negócios por meio de empresas internacionais.

Suassuna relatou que o diri-

gente líbio, coronel Muamar Kadafi, manifestou o desejo de incrementar os negócios bilaterais, mas teria afirmado que o Brasil não teve "a agilidade necessária".

# Mantega pede a Sarney subsídios para o PPA

Ministro diz que plano visa desenvolvimento econômico e fim dos desequilíbrios regionais

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem o ministro do Planejamento, Guido Mantega, e o secretário-geral da Presidência da República, Luiz Dulci. Eles entregaram o anteprojeto do Plano Plurianual (PPA) que vai vigorar de

2004 a 2007, e que será enviado pelo governo ao Congresso no próximo mês de agosto.

O ministro e o secretário estiveram no Legislativo para pedir a Sarney e ao presidente da Câmara, deputado João Paulo Cunha, subsídios para o PPA, que terá, por princípio básico, conseguir o desenvolvimento econômico e o fim dos desequilíbrios regionais. O que o governo deseja, segundo disse Mantega, é que os partidos se reúnam para apresentar projetos que subsidiem o PPA.

## Juros

À saída da audiência, ele informou que o governo está trabalhando nesse projeto para garantir uma queda de juros real (descontada a inflação) de quatro pontos percentuais para o próximo ano. O ministro explicou que o juro real, que atualmente se situa entre 11,5% e 12% ao ano, poderá cair para 8% em 2004. Ele ressaltou, contudo, que, no curto prazo, quem decide sobre juros é o Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central.



ANTEPROJETO. Acompanhado do secretário Luiz Dulci, Mantega entrega documento a Sarney



TRANSPARÊNCIA. Sarney se reúne com o ministro Miro Teixeira

## TV Senado poderá ampliar transmissão

Depois de reunir-se com o ministro das Comunicações, Miro Teixeira, o presidente do Senado, José Sarney, anunciou ontem que a Casa está realizando estudos de viabilidade para a abertura do sinal da TV Senado em UHF, visando à retransmissão da sua programação em oito capitais e em todos os demais municípios brasileiros, por meio de convênios com assembleias legislativas e prefeituras. Outro projeto em andamento prevê o lançamento de um canal internacional público coordenado pela Radiobrás, em parceria com a TV Senado, a TV Câmara e a TV Justiça.

Sarney disse que a TV Senado, atualmente operando em sinal fechado, demonstrou ser "um grande instrumento a serviço do povo brasileiro, porque tem assegurado a transparência das atividades legislativas, e que queremos agora ampliar

para todo o Brasil, em acordo com os municípios". O senador adiantou novidades da programação em sinal aberto.

– Além de mostrar o que ocorre no Parlamento, a TV Senado será didática, com cursos, informações a respeito de políticas públicas, cursos de pós-graduação, para que seja uma televisão do cidadão a serviço do cidadão – observou.

Miro afirmou que o ministério está pronto a dar o apoio técnico necessário ao projeto. Ele também ressaltou que será do presidente Lula a decisão final sobre a entrada em operação do canal público internacional, mas o ministério já está elaborando estudos. Participaram da reunião o diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado, Armando Rollemberg, a diretora da TV Senado, Marilena Chiarelli, e o diretor-técnico, Ricardo Toscano.

## Subcomissão da Amazônia será criada

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem requerimento do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) criando a Subcomissão Permanente da Amazônia. O senador acredita que o Brasil deve dar à Amazônia a mesma importância conferida pelos estrangeiros.

Os senadores Jefferson Péres (PDT-AM) e Pedro Simon (PMDB-RS) louvaram a iniciativa de Arthur Virgílio. A comissão aprovou requerimento de Jefferson Péres convidando a embaixadora do México no Brasil, Cecília Soto, para falar sobre a Área de Livre Comércio da América do Norte (Nafta).



IMPORTÂNCIA. Proposta de Arthur Virgílio (E) é acolhida pela CRE

Foi aprovado ainda parecer de Marco Maciel (PFL-PE) favorável a voto apresentado por Arthur Virgílio de louvor ao papa João Paulo II pela canonização da Madre Maria de Matias. Na presidência da comissão, o senador Marcelo Crivella (PL-RJ) convocou reu-

nião extra para a próxima terça-feira, a fim de examinar indicação de embaixador. Crivella informou ainda que o senador Duciomar Costa (PTB-PA) apresentou relatório sobre visita feita a Portugal, para esclarecer a situação de brasileiros que vivem no país.

## Passa indicação de Paes de Andrade

A indicação de Paes de Andrade para embaixador do Brasil em Portugal foi aprovada ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. A designação será examinada pelo Plenário.

Em sua exposição, Paes de Andrade lembrou sua atuação no Congresso e destacou a importância do cargo que ocupará, em vista da importância das relações entre Brasil e Portugal, uma vez que envolvem aspectos culturais e históricos que vêm das origens brasileiras.

– O Brasil é hoje o principal destino dos investimentos portugueses no exterior e podemos dizer que o Brasil está mui-



EMBAIXADA. Ao lado de Crivella, Paes de Andrade enfrenta sabatina e recebe elogios de senadores

to mais presente em Portugal do que Portugal no Brasil – analisou Paes de Andrade.

Paes de Andrade recebeu elogios de Pedro Simon (PMDB-RS), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Patrícia Saboya (PPS-CE), José Agripino (PFL-RN), Edison Lobão (PFL-MA), Renan Calheiros (PMDB-AL), João Alberto Souza (PMDB-MA) e Marcelo Crivella (PL-RJ).

## AUDIÊNCIA As dificuldades do setor aéreo brasileiro e as perspectivas de solução foram debatidas ontem pela Subcomissão de Turismo, com a presença de autoridades e dirigentes de empresas

# Senadores analisam crise da aviação nacional

Audiência pública da Subcomissão de Turismo, presidida pelo senador Paulo Octávio (PFL-DF), realizou ontem um diagnóstico da aviação aérea nacional e apontou perspectivas para o setor. Os dados apresentados ao Senado por autoridades e presidentes de companhias aéreas indicam que a crise que atinge a aviação comercial em todo o mundo desde os atentados de 11 de setembro de 2001 tem características específicas no Brasil, em função das dificuldades econômicas por que passa o país.

O major-brigadeiro-do-ar Washington Machado, chefe do Departamento de Aviação Civil (DAC), informou que a taxa de ocupação das aeronaves gira em torno de 55%, sendo considerada muito baixa. A carga tributária brasileira, afirmou, também onera a operação aérea: enquanto a taxa mínima no Brasil está em 17% dos custos, nos EUA não passa de 7,5%. Ele sugeriu que uma redução de custos, principalmente em impostos e combustíveis, pode



**SITUAÇÃO RUIM.** Audiência pública constatou a gravidade da crise no setor aéreo e a necessidade de ação governamental

readequar a oferta à demanda, se a economia voltar a crescer.

O presidente da TAM, Daniel Mandelli Martin, avaliou que a crise não é exclusiva do Brasil. Como os demais palestrantes, disse que um país de dimensão continental deve considerar o transporte aéreo uma questão estratégica, já que, sem ele, o país deixa de gerar riqueza, desenvolver o turismo e obter receitas internacionais.

Na opinião do presidente da Gol, Constantino Júnior, uma das soluções para o setor é a inclusão de novos consumidores no transporte aéreo. Segundo ele, 25 milhões de pessoas que teriam condições de viajar de avião estão excluídas do mercado. Os 34 a 36 milhões de assentos ocupados por ano, fri-sou, representam efetivamente 5 a 6 milhões de pessoas.

O presidente da Vasp, Wagner

Canhedo, lembrou que apenas 5% da população economicamente ativa do país faz uso do transporte aéreo.

– Enquanto nos EUA o avião é meio de transporte, aqui é privilégio de poucos – afirmou.

Segundo Roberto Macedo, presidente da Varig, as pequenas margens de lucro praticadas só dão condições de sustentabilidade ao setor se houver grande volume de vendas. Ele lamentou que os governos dos países latino-americanos não tenham ajudado o setor, ao contrário do que ocorreu na Europa e nos Estados Unidos.

O presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aero-viárias, George Ermakoff, apontou o baixo nível de ocupação de assentos nos últimos anos como o maior problema da aviação nacional.

Já o presidente da Associação Brasileira de Agências de Viagens (Abav), Tasso Gadzanis, atribuiu a situação atual da aviação comercial a sucessivos governos que não têm assumido suas responsabilidades.

## Interferência do governo é considerada indispensável

Os senadores que participaram da audiência da Subcomissão de Turismo sobre a situação da aviação comercial no Brasil foram unânimes em defender a interferência do governo na redefinição do perfil do setor. Para os senadores, a aviação civil deve ser encarada como estratégica e o poder público não pode ter atitude passiva diante da situação atual.

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), autor do requerimento para a realização da audiência, defendeu a participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Petrobras na redefinição das condições de operação das empresas.

Presidente da subcomissão, o senador Paulo Octávio acredita que o governo não entendeu a dimensão da crise. Segundo ele, nos Estados Unidos o governo deu apoio de US\$ 8 bilhões, a fundo perdido, às empresas aéreas.

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) sugeriu a criação de uma subcomissão, dentro da Subcomissão do Tu-

rismo, para tratar do assunto. Para ele, a solução não passa apenas pelo Ministério da Defesa, mas, principalmente, pelo Ministério da Fazenda.

A definição de um novo modelo para o setor aéreo, na opinião do senador Delcídio Amaral (PT-MS), deve dosar a ação governamental, permitindo a competição entre as empresas. Ele defendeu a participação de estatais como a Infraero, a BR Distribuidora e o Banco do Brasil visando a uma solução estrutural para o setor, que não se limite à fusão da TAM e Varig.

### Preços

A indústria do turismo só será beneficiada se o acesso ao transporte aéreo for democratizado, afirmou o senador Leonel Pavan (PSDB-SC). Vice-presidente da Subcomissão de Turismo, ele considera necessária, para isso, uma redução no custo das passagens e ampliação nos locais de operação de vôos comerciais.

A opinião foi compartilhada pelo senador César Borges (PFL-BA), para quem a crise econômica tem relação direta com os problemas do setor aé-

reo, já que a população vem perdendo renda.

– Não temos quem pague pelas passagens de transporte aéreo – lamentou.

César Borges destacou a precária infra-estrutura rodoviária brasileira, lembrando que, ao mesmo tempo, muitos municípios têm aeroportos mas não recebem vôos, inclusive no interior da Bahia. Pavan lamentou a falta de vôos no Aeroporto de Navegantes, que atende a uma área turística e industrial de Santa Catarina.

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) quis saber de Washington Machado o porquê da acusação de que o Brasil tem os “céus fechados”. Garibaldi afirmou que isso acaba levando a uma redução do turismo estrangeiro no Brasil.

O chefe do DAC respondeu que o órgão tem uma política liberal, aprovando e incentivando os vôos *charters* solicitados. Segundo ele, a idéia de que o Brasil tem os “céus fechados” é divulgada pelos EUA, que mantêm postura contraditória a esse respeito.

### EDUARDO AZEREDO



A solução para o setor está no equilíbrio entre uma forte regulação e a desregulamentação total.

### CÉSAR BORGES



As autoridades devem propor atitudes mais abrangentes que as tratativas para fusão entre a TAM e a Varig.

### ANTONIO CARLOS



A solução não passa apenas pelo Ministério da Defesa, mas, principalmente, pelo Ministério da Fazenda.

### LEONEL PAVAN



Para beneficiar o turismo, é necessário reduzir o custo das passagens e ampliar os locais de operação de vôos comerciais.

### GARIBALDI ALVES



Há uma acusação de que o Brasil teria os “céus fechados”, levando à redução do turismo estrangeiro no país.

### DELCIDIO AMARAL

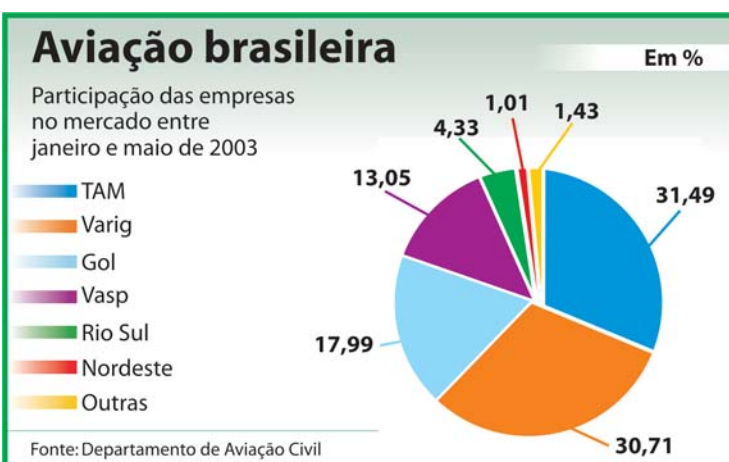


Um novo modelo para o setor aéreo deve dosar a ação governamental, permitindo a competição entre as empresas.

### PAULO OCTÁVIO



O governo ainda não entendeu a dimensão da crise no setor, que não tem como sobreviver com rentabilidade de 1%.





Criado em 1823 por dom Pedro I, o Parlamento recebeu a denominação de Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Brasil, tendo travado grandes debates no curto período de funcionamento – abril a novembro do mesmo ano –, até ser dissolvido pelo imperador. A Constituição de 1824 instituiu a Assembléia Geral, constituída por Câmara e Senado. Em maio de 1826, realizou-se a primeira sessão ordinária do Senado, para eleição da Mesa.

## Congresso comemora 180 anos do Parlamento

Em sessão solene presidida pelo senador José Sarney, o Congresso Nacional comemorou ontem os 180 anos da instituição do Parlamento brasileiro. O presidente da Câmara, deputado João Paulo Cunha, também participou da sessão, que foi iniciada com apresentação, pelo Coral do Senado, de peças musicais de Villa-Lobos e de Ernesto Nazareth. A cerimônia contou com a presença de parlamentares e autoridades do Executivo e do Judiciário. Sarney salientou a relevância da comemoração, observando que a idéia de se instituir o Parlamento surgiu bem antes da data oficial de sua criação, em 3 de maio de 1823. Revelando sua



emoção com a solenidade, o presidente do Senado apontou o Poder Legislativo como grande realizador das transformações feitas no país. “Mais do que orgulho por participarmos deste processo, devemos reconhecer a imensa responsabilidade que temos perante a nação”, afirmou. Falando em nome do Senado, Romeu Tuma e Hélio Costa chamaram atenção para os acontecimentos que se registraram no Parlamento e para vultos políticos que o integraram. Em nome da Câmara, discursaram os deputados Chico Alencar e Bonifácio de Andrada.

### JOSÉ SARNEY

#### Instituições nacionais foram construídas no Legislativo

O presidente do Senado, José Sarney, ressaltou, em seu pronunciamento na sessão solene, a importância do Parlamento desde os seus primórdios, pela sua participação ativa e constante na formação histórica do Brasil e das instituições democráticas que caracterizam o espírito nacional.



– Hoje nós estamos comemorando os 180 anos do Poder Legislativo e na consciência de todo o povo brasileiro deve estar claro que a história do Brasil passou por aqui. Aqui construímos as instituições nacionais. Este país foi uma obra do Parlamento – destacou.

Citando integrantes da Assembléia Constituinte de 1823, em especial os irmãos Andrada – José Bonifácio e Antonio Carlos –, Sarney afirmou que “os homens que fizeram a Independência foram os que instalaram o Legislativo e discutiram as idéias fundamentais que, aprimoradas dia a dia, fizeram a longa e sofrida história brasileira, fizeram deste um país de idéias liberais e de amor à liberdade, o país da convivência e das decisões consensuais, como eles inauguraram naquele tempo”.

– É com emoção que relembramos os 180 anos do Legislativo e, com muito orgulho, todos nós podemos dizer que somos herdeiros e continuadores dessa obra. Isso, em vez de dar a cada um de nós vaidade, nos dá a responsabilidade de construir, com dever moral, com dever ético, com dever político, com o dever de, cada vez mais, ser fiel à destinação do Brasil e do povo brasileiro – frisou José Sarney.

### ROMEU TUMA

#### Primeiros senadores são os criadores do Estado brasileiro

Ao destacar o papel desempenhado pelo Poder Legislativo na história brasileira, o 1º secretário do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), disse que os primeiros senadores do país foram, na verdade, os “criadores do país”, citando entre eles Nabuco de Araújo, Visconde de Cairu, Marquês de Barbacena, Visconde de Caravelas, Francisco Lima e Silva e o padre Diogo Antônio Feijó.

– O Senado, durante o Império, foi fundamental para a manutenção da unidade nacional – observou Tuma, assinalando que a história do Legislativo se confunde com a própria história do país. Ele destacou o Duque de Caxias como um dos senadores que contribuíram para a pacificação do país.

Depois de referir-se a Rui Barbosa, por ele considerado um “marco na história do Parlamento”, Romeu Tuma relacionou, entre parlamentares da mesma época, Quintino Bocaiuva, Saldanha Marinho, Campos Sales e Rodrigues Alves.

O 1º secretário da Casa também mencionou senadores que lutaram pela redemocratização, listando Moura Andrade, Daniel Krieger, Teotônio Vilela, Franco Montoro, Marcos Freire, Petrônio Portella, Nelson Carneiro e Tancredo Neves.

– Sabia que seria inevitável não citar muitos que mereceriam ser citados. Penitencio-me por isso. Por fim, evitei falar dos vivos, porque tenho firme convicção de que momentos como este servem, sobretudo, para relembrarmos aqueles que, lamentavelmente, não se encontram mais entre nós – disse.



### HÉLIO COSTA

#### 18 décadas de muita luta em defesa da soberania popular

As dezoito décadas de existência do Parlamento “não podem ser entendidas como um progresso constante, mas sim como uma superação de obstáculos para a construção da soberania popular”, afirmou, em seu discurso, o senador Hélio Costa (PMDB-MG).

– Cada etapa de avanço do modelo político brasileiro representou a superação de um obstáculo específico, a vitória sobre um adversário personificado ou não, ora velado, ora escancaradamente posto – observou.

Para Hélio Costa, a primeira vitória do Parlamento foi confrontar a tendência à concentração abusiva de poderes ainda na época do Império. O senador lembrou que, por várias vezes, o Legislativo atuou na repartição de atribuições entre os poderes constituídos, como na eliminação do critério censitário nas eleições do Império, considerado por ele um avanço político.

O representante mineiro lembrou que, durante a Primeira República, o Legislativo teve pouca visibilidade, dada a “conhecida docilidade de seus parlamentares”. O governo militar de 64 representou, na opinião do senador, outro relevante momento de inflexão do Parlamento.

Falando em nome da Câmara, o deputado Bonifácio de Andrada (PSDB-MG) sustentou que o Parlamento é o Poder que consegue estar perto do povo e expressar seus anseios. Já o deputado Chico Alencar (PT-RJ) defendeu a necessidade de o Legislativo reconquistar a iniciativa das leis, lembrando o grande número de matérias oriundas do Executivo.



A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Eduardo Siqueira Campos, Eurípedes Camargo e Aelton Freitas